



O Fazedor E As Ferramentas De Pensar¹

Hila Rodrigues²

Marta Maia³

Ricardo Lima⁴

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

Resumo

O artigo desenvolve a discussão sobre a prática docente em jornalismo trazendo para o debate a importância de se aliar ensino, pesquisa e extensão na formação universitária do profissional da área. Tratando o jornalista como agente gestor da informação e construtor da parte da realidade social que se instaura de forma mediada, o texto procura dar destaque à necessidade de aquisição, por parte do estudante, das ferramentas de compreensão de sua prática profissional, assim como as possibilidades ampliadas de atuação decorrentes dos usos de tais ferramentas.

Palavras-chave

Ensino; Extensão; Jornalismo; Narrativas; Pesquisa.

Introdução

Vários autores já versaram sobre um problema que se coloca àqueles que desempenham o papel de professores junto aos cursos de Comunicação Social: o feito prático profissional seduz e encanta o aprendiz, que, inebriado pela dimensão prática, muitas vezes recusa o esforço intelectual de pensar e pesquisar as razões e critérios do fazer. A experiência durante os anos de ensino nos sensibiliza no sentido de contribuirmos para o debate, com vistas ao esclarecimento da importância das dimensões do trabalho jornalístico: atitudinal e reflexiva. Neste passo, primeiramente, tentamos oferecer uma argumentação que aponte para a importância do relato jornalístico no ato de compreensão das coisas do mundo; que evidencie o protagonismo do jornalismo na seleção, hierarquização e produção de entendimento dos fatos que ajudarão a construir a realidade social do grupo que se vê sob interferência de sua produção informativa. Seguindo, buscamos esclarecer a importância do trabalho de ensinamento e capacitação do jornalista – entendido como gestor da informação – em três frentes: ensino, pesquisa e extensão. Eis o tripé da condução do ensino universitário e científico, muitas vezes ignorados pela ânsia e afobamento da realização irrefletida e

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011.

² Professora Adjunta do curso de Jornalismo da UFOP. Email: hilarodrigues@hotmail.com

³ Professora Adjunta do curso de Jornalismo da UFOP. Email: marta@martamaia.pro.br

⁴ Professor Assistente do curso de Jornalismo da UFOP: ricardo.frei.lima@gmail.com



mecânica. E, por último, tratamos com mais vagar um dos pontos-chave para uma formação diferenciada e qualificada: a pesquisa em jornalismo. Damos destaque a este ingrediente, por compreender que o envolvimento com pesquisas municia tanto alunos e professores nas seguintes frentes: na lida cotidiana de procura de adequação e esclarecimento na relação entre a prática e a consciência desta ação; impedindo que a ação do profissional siga automatizada e sem esclarecimento ou luzes; que os “por quês” sejam ignorados frente ao fascínio pelo “o quê”; que as “ferramentas de fazer” mantenham-se apartadas das “ferramentas de pensar”.

Fazendo realidades, processando informações

O “fazedor” de Manoel de Barros logo diz: “Fazer pessoas no frasco não é fácil. Mas se eu estudar ciências eu faço” (BARROS 2010, p. 473). Se na poesia o fazedor é capaz de engenhar um amanhecer e nos espantar, não se pode negar espanto mesmo ou maior àquele fazedor que, fora do universo poético, não apenas é capaz de dar razão ao amanhecer, mas à própria realidade. Isto que amanhece e se instala nos oferecendo um cenário que habilmente alguém depressa resolveu chamar cotidiano. De certo, não é nada fácil construir a realidade, essa qualidade do real que nos ambienta e circunscreve. Ou ao menos não é óbvia a compreensão de que se trata de um constructo, engenhoca complexa, produto da intervenção humana, de forma a compreendê-lo sob a batuta da episteme. Se o senso comum – ou doxa, se preferir - nos oferece um mundo explicado que nos move e sensibiliza, não oferece em sua inteireza as explicações sobre aquilo com o que lidamos e transigimos diariamente. E nem é este o seu propósito. Conhecer a realidade e o seu “fazedor” epistemologicamente implica em ter olhos para uma espécie de conhecimento e ação que se instala, também e particularmente, na tarefa na qual se engaja o jornalista. O jornalista é um fazedor de realidades, que, frente à dificuldade de criá-la, precisa estudar a “ciência” e adquirir perícia nas formas de fazer surgir um mundo inteligível e verossímilante. Precisa conhecer e utilizar as ferramentas de pensar tão bem quanto as ferramentas de fazer, de uso prático. A complexificação dos sistemas de convívio e a dificuldade de se construir relações interpessoais através daquilo que os sociólogos chamariam de relação primária ou face-a-face, desloca os meios de comunicação alçando-os ao protagonismo na tarefa de recerzir a rede social e de amalgamar afinidades.

Falamos da instituição da vida em sociedades complexas de dimensões outras, que não aquelas encontradas nas intituladas sociedades tradicionais. O mundo que nos é apresentado, construído e modificado, hora a hora, minuto a minuto, não se realiza apenas por nossas sensibilidades sensoriais imediatas. Já não temos olhos e ouvidos para capturar todo o



ocorrido em nossa aldeia; da janela do sobrado ou do vão da oca já não se enxerga todo o mundo do qual somos sujeitos. Sobretudo se estivermos de acordo e nos aceitarmos partícipes de uma aldeia global. Para além do alcance dos sentidos, extrapolando os limites da tradição e dos mitos, embaralhando pertencimentos, deslocando os critérios de identificação cultural, construindo histórias e presentes dos quais não fazemos parte - ao menos de forma imediata – a construção da realidade na contemporaneidade, aceito as características arroladas acima, passa pela eleição, pela legitimação de agentes, em geral, vinculados a instituições e/ou organizações sociais, que trabalharão contra o esfacelamento das comunidades de pertencimento, agentes autorizados a reestabelecer laços, a construir verdades aceitáveis e assimiláveis, a organizar o *modus vivendis* desse mundo social tendenciosamente disperso, dimensionalmente inoperante, impressionantemente líquido. Liquidez no sentido que Zygmund Bauman (2001), se não inaugura, deixa evidente ao dizer da fluidez, do derretimento de coisas até então inquestionavelmente sólidas, institucionalizadas como, por exemplo, o processo de criação de identidade, o processo de constituição da coesão social, as formas clássicas de construção de sociabilidades, que, agora, passam pela movediça relação entre o indivíduo, suas vontades, todo social e suas respectivas querências. Pois aqui tratamos e observamos fabrico de um desses agentes de coesão: o jornalista. Este fazedor, que por incumbência profissional se ocupa da construção de estados de coisas, apoiando-se numa possível relevância de sua visão de mundo, reunindo peças, manufacturando lógicas e raciocínios que possam edificar estados de opinião, formas de “estar”, enfim, a própria realidade tomada como tal e verdadeira pelos demais. A leitura de Christofolletti sintetiza nossa argumentação:

A maioria dos julgamentos, percepções e entendimentos chegam ao cidadão pelos meios de comunicação: a marcha dos sem-terra, o bombardeio iraniano, a visita do Papa; a violação do painel do Senado, o sequestro do milionário, a entrevista da modelo. É evidente que não são os fatos em si que chegam ao cidadão, mas os relatos que os substituem, que os marcam, que os carimbam na memória social (2008, p. 91).

A citação explícita e reforça a linha de raciocínio até aqui empreendida acerca da relevância e da caracterização do trabalho do jornalista. Algo fica evidente sobre o profissional do jornalismo: eis um dos agentes que trabalham para neutralizar a inoperância citada, para providenciar o “cimento” social. Claro que não tratamos aqui os demais como indivíduos que sorvem indiferenciadamente a produção jornalística. Neste pormenor, nada insignificante, pensamos o produto jornalístico, suas narrativas, como um produto que “reconstruímos incessantemente, que reconstruímos com os outros”, numa espécie de co-



produção, que, todavia, se realiza em condições diversas para os diferentes atores dotados, respectivamente, de poderes e legitimidades distintas. (CANCLINI 2005, p 136).

O aceite do argumento aqui desenvolvido alça a tarefa do jornalista a um patamar de responsabilidade e complexidade tal que não se pode compreender sua realização apenas como uma forma de apreensão de seus objetos de interesse. Tal posicionamento poderia encerrar o jornalismo e sua ação sob a *tag* “formas de conhecimento”, que o deixaria mais perto de uma categoria do mundo acadêmico e, ao mesmo tempo, mais apartada de sua abrangente importância social, como nos adverte, perplexo, o professor Bernardo Kucinski: “Quer dizer, ele [o jornalismo] não é apenas uma forma de conhecimento. Ele é mais, é um conjunto de relações, de papéis atribuídos, mediações, uma série de coisas” (Kucinski, Lima 2009, pg. 30). Entre elas, diríamos, a própria “invenção” do “agora”, da organização deste “puzzle” que nominamos de “real”. Estamos falando não apenas do conhecimento do mundo, mas de formas de experimentá-lo; de formas de conhecer a vida, de produção de sociabilidade e sensibilidades sociais, através de uma produção de sentido (in)formada. Neste caso, aceitamos que o jornalista formata, disponibiliza uma organização que se oferece como paradigmática, apresenta-nos uma forma de investidura do real. Um tanto complexa e árdua, diríamos. Dado que, ao trabalhar com informação, o profissional em jornalismo estabelece um trato com materiais cada dia mais vastos e disponíveis que configuram uma espécie de comunicação latente. Cabe ao jornalista, frente a enxurrada informacional que se nos apresenta, dotar-se de habilidade, conhecimento e técnicas, para estabelecer, escolher, definir, quais as “peças” deste “puzzle” poderão/deverão ser descartadas/acionadas. E, então, interromper a inércia da informação transformando-a em comunicação efetiva:

O jornalista coloca em evidência, dá visibilidade ao fato, mas antes disso, ele precisa enxergá-lo, reconhecê-lo no oceano de informações descartáveis e relevantes. O olhar jornalístico deve operar sobre a extensão em busca do que pode mesmo vir à tona, e permanecer na superfície (Christofletti 2008, pg. 88).

A perícia exigida para tal prática não se constrói apenas no adestramento tecnicista, nem tampouco nas restritas incursões teóricas e, muitas vezes, intangíveis do sujeito cognoscente. Antes de qualquer coisa, tal sensibilidade também se constrói no espaço comum que o jornalista ao mesmo tempo interfere/constrói e partilha, sendo mais um sujeito social daquela realidade com a qual opera. Tal afirmação nos exige um espaço de ponderação antes de seguirmos. Devemos ressaltar que não ignoramos a dificuldade/interferência que se abate na prática de ordenação de um mundo informacional advinda dos constrangimentos próprios e



específicos da atividade jornalística. Isto, exatamente pelo jornalista ser, como citado acima, aquele sujeito social que não se distancia da realidade que ajuda construir e com a qual opera. De fato, o argumento aqui posto até então toma a tarefa jornalística como componente de um mundo no qual está circunscrita e alocada de forma particular, sem, entretanto, esmiuçar tais particularidades. É bem verdade que na tarefa de organização, ordenamento, interpretação das coisas do mundo, supostamente movidas pela relevância pública, encontramos ruídos e interferências, tais como os interesses comerciais e mercadológicos, que muitas vezes destoam, embaçam e descentram o jornalista em relação às expectativas de uma construção discursiva que seja balizada por valores universais, por responsabilidade pública, por respeito moral e avaliação ética. Ainda assim, pensemos sua realização substantiva, que, destoante ou não das premissas insistentemente reforçadas e apresentadas na educação de uma prática jornalística de qualidade (ainda que seja preciso, como nos adverte Kucinski, rever tais valores e premissas – Kucinski 2005, pg.17-28), fornece material para a construção de realidades. Tal relativização apenas imputa ainda mais responsabilidade no trabalho deste profissional, que ao ser impelido, no ato de sua realização, tem possibilidade de construir cenários equivocados, parciais, tendenciosos, indo de encontro com as qualidades profissionais que ajudaram na constituição e institucionalização de um campo próprio de atuação no mundo moderno.

Fechando parênteses (sem perdê-lo de vista) e retomando a discussão de forma mais ampla e geral, dizemos que a especificidade do trabalho jornalístico está empenhada na forma como o sujeito desta ação olha e se debruça sobre o mundo. Falamos de olhar, aquilo que extrapola a ocorrência meramente fisiológica do “ver” e inaugura uma forma de compreensão do mundo, por meio de um “ensaio de racionalidade e sensibilidade” (Christofoletti 2008, pg. 78). A destreza na aplicação deste olhar, aliada a sua própria composição e racionalidade, itens responsáveis por doar especificidade e particularidade à prática, dotará o jornalista de uma capacidade de capturar a “atmosfera dos acontecimentos”, perceber os processos e ordenar, ainda que momentânea e aparentemente, o caos informacional (Idem, pg. 79).

O jornalista, pois, entendido como um comunicador perito, faz estabelecer através do produto de seu trabalho a relação. Mais precisamente, a correlação entre as partes. Ação que remete ao sentido primeiro do termo “comunicação”, recuperado dos coenóbios, reduto dos religiosos cenobitas, e da invenção do *communicatio*, hora e lugar de interrupção do claustro e inauguração do encontro: trata-se de uma relação intencional exercida sobre outra pessoa; compartilhamento do mesmo objeto de consciência, relação entre consciências (Hohlfeldt, Martino, França 2008, pg. 11-26). Quando pensamos que o nosso próprio senso de real – ou



boa parte dele, pois não nos esqueceríamos da parte da realidade construída na experiência direta e sentida -, ou nossas consciências interconectadas, constrói-se de maneira mediada, que extrapola a montagem do mundo edificada pelos sentidos do sujeito social, não podemos tratar e pensar o jornalismo apenas como uma forma técnica de apreender o mundo. Precisamos pensá-la como uma ação, repleta de todos os ingredientes para configuração de um campo e do seu próprio *habitus*. Isto implica em perceber que sua importância extrapola uma deontologia, um código de moralidades profissional, na medida em que pode, em determinadas circunstâncias, interferir na produção e reprodução de visões de mundos e padrões de moralidades, por conseguinte, de reflexão crítica – leia-se ética - a respeito dos padrões de conduta. Portanto, quando se repete aos profissionais e estudantes de jornalismo incessantemente a “ladainha” sobre a necessária observância do respeito aos interesses públicos, ao compromisso com a verdade, à prática responsável e responsável na construção do texto jornalístico, entenda-se como uma exigência profissional cuja desobediência não apenas fere um código de conduta estabelecido pelos pares. De fato, a não apreciação daqueles elementos no ato da prática jornalística, pode interferir diretamente na própria dimensão da realidade, envolvendo a organização da consciência coletiva e de seu imaginário social. Ao assumir e buscar legitimidade no ato de criar histórias – insistindo em ser sua testemunha ocular - e mundos para serem entendidos, partilhados e acreditados como verdade o jornalista, primeiramente, deve entender que o “esplendor” do real, “não se abre com faca” (Barros 2010, pg. 297), mas com o “saber fazer” e o “saber sobre o fazer”, ferramentas conquistadas no entendimento das responsabilidades, na *expertise* almejada pelos profissionais credíveis, na busca pela aquiescência dos pares e da sociedade. Tudo isso sem esquecer que os mesmos ruídos, as mesmas imagens e palavras, matéria prima da obra jornalística, capazes de edificar as formas de conhecer e experimentar o mundo em uma sociedade, quando mal aplicados, diria o poeta, ao invés de comunicar, de por consciências em relação, pelo contrário, “podem multiplicar os silêncios” (Barros 2010, pg. 477).

Ensino, pesquisa e extensão

É verdade que no formigueiro os sonhos são obrigatórios? A pergunta é de outro poeta – Pablo Neruda (2009, p.39), no *Livro das Perguntas* – e faz coro a Manoel de Barros na concepção do ‘fazedor’ que constrói realidades. No caso das formigas de Neruda – tarefas por natureza –, o trabalho diário está agregado aos sonhos que as fazem seguir em frente, concentrando esforços na busca sistemática e na aplicação de métodos específicos, adequados a essa busca. O *buscar* de Neruda, aqui, é sempre resultado de algo aprendido e



aprendido. Do contrário, não haveria sentido na procura. Assim, não há que separar aquilo que se aprende daquilo que se faz num dado espaço de tempo e lugar. O primeiro (o que se aprende) refletirá a teoria – ou a ciência. O segundo (o que se faz) refletirá a prática – ou a profissão. São todas elas folhas de uma mesma árvore, não faz sentido apartá-las.

O que as “formigas fazedoras” evidenciam, ao fim e ao cabo, é o caráter essencial da arte de saber o que buscar, como e onde buscar. Descortinam, na prática, a importância do domínio do conteúdo (saber o que buscar, a partir do que foi ensinado), dos métodos mais adequados à pesquisa (como buscar) e da identificação de espaços propícios para experimentar, vivenciar e consolidar o que foi aprendido e apreendido (onde buscar, onde ensaiar). É essa a razão pela qual o tripé ensino-pesquisa-extensão revela-se fundamental não apenas à produção do conhecimento que resulta da junção de teoria e prática, mas também à construção de um processo mais equilibrado de formação dos graduandos dos cursos de Jornalismo – um processo em que teoria e prática possam caminhar lado a lado, em vez de se sobrepor uma a outra. O equilíbrio entre as letras, a capacidade de reflexão e a técnica é importante em todos os cursos, mas ganha peso especial no Jornalismo, um campo marcado pelo poder simbólico, que traduz “a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e também de criar acontecimentos mediante a produção e transmissão de formas simbólicas.” (LIMA, 2006, p.12).

Talvez mais que em outros campos, faz-se essencial ao Jornalismo e à sua prática a capacidade da universidade de possibilitar – a todos aqueles que pretendem abraçar essa profissão – a produção, a construção ou re-construção do conhecimento. Significa abarcar a concepção de Paulo Freire (1996) de que ensinar não é transferir aquilo que se sabe, mas, sim, permitir a edificação de novos saberes – ou de saberes transformados. Mantém relação com o que Kaplún traduzirá como “comunicação educativa”, aquela em que se está sempre buscando um resultado formativo a partir da produção de mensagens capazes não apenas de fazer com que o aluno tome consciência da sua realidade, mas que possa também pensar e discutir essa realidade. (KAPLÚN, 1998).

Não se trata de tarefa simples para aqueles que se dispõem a educar ou a fazer parte de processos essencialmente formativos. O primeiro passo, para estes, é entender e reconhecer que não há fundo de poço para quem ensina – pela simples razão de que não há como ensinar sem aprender. Segundo Freire, *aprender* é prática anterior ao *ensinar*, uma vez que “ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender” (1996, p.24). Nessa concepção, vale muito pouco ou nada qualquer forma de ensino que não apresente, como resultado, um educando capaz de repensar, de refazer, de reconstruir o que foi ensinado. Não basta a um



estudante de jornalismo, por exemplo, saber as formas corretas e viáveis de coletar informações consistentes sobre a criminalidade na periferia das metrópoles. É preciso saber costurar e alinhar cada informação, repensando-as de forma a agregá-las a contextos políticos, socioeconômicos e culturais específicos. É preciso saber sobre os saberes daqueles que vivem nesse lugar e nessa situação – e os efeitos desses “saberes” na vida de outros cidadãos e no cotidiano das instituições públicas envolvidas nas demandas que se apresentam naquele espaço. Em outras palavras, é preciso enxergar as nuances, as singularidades daquilo que se pretende noticiar. No ensino do Jornalismo, em especial, a estruturação de uma percepção mais aguçada começa no desenvolvimento de um exercício crítico do aprendiz. Quanto mais crítico ele for, maiores são as chances de se construir o que Freire (p.25) chamará de “curiosidade epistemológica” – condição primeira para que se alcance o conhecimento pleno daquilo que se pretende assimilar, compreender. Mas não é só. Além da capacidade crítica, é preciso reforçar a curiosidade e, em certa medida, a desobediência (ou insubmissão, para retornar a Freire) do educando. É nesse sentido que Kaplún (1998) – quando sugere uma exortação no universo da Pedagogia da Comunicação – sai em defesa de procedimentos capazes de encorajar o estudante a pensar por si mesmo, a discutir o que é dito em sala de aula, a não crer incondicionalmente naquilo que dizem os mestres. A idéia é buscar e construir juntos – educadores e educandos.

Essa proposta de *busca* – conjunta, compartilhada – revela ainda que o ato de ensinar não se limita ao estudo, à análise, ao tratamento de um determinado conteúdo. É preciso dominar as melhores formas de se aproximar desse conteúdo (ou do objeto de pesquisa) e criar um cenário propício ao aprendizado crítico. Nesse cenário, estudantes e professores devem ser concebidos como sujeitos reais na produção do conhecimento, no sentido de criar e recriar o saber ensinado – porque todo aquele que ensina aprende, não importa se de pé, no centro da sala de aula, ou se na carteira, de posse de lápis, papel ou notebooks. Observe que, embora os textos e os mestres possam ensinar a um estudante de Jornalismo, por exemplo, a melhor forma de abordar as fontes de informação envolvidas num escândalo político, é certo que o educando desprovido da capacidade de contextualização histórica, política e sociocultural acrescentará pouco ou nada aos dados coletados. E então não cumprirá a principal função de um jornalista: a de traduzir – e não simplesmente relatar ou descrever – o que acontece. Muito provavelmente, o “apenas relatar” resultaria de um processo que Paulo Freire chamaria de “pensar errado”. A expressão espelha, por exemplo, o educando que se atém à leitura de obras diversas e variadas, mas que acaba domesticado pelos autores dos textos trabalhados. Devidamente domesticado, não é capaz de pensar por si próprio, de



questionar e pior: de estabelecer uma relação entre o que foi lido e o que é vivenciado por ele próprio e pelas pessoas que o rodeiam. Nas palavras de Freire, “repete o lido com precisão, mas raramente ensaia algo pessoal. Fala bonito de dialética, mas pensa mecanicistamente” (FREIRE, 2006, p. 27). Também é o que incomoda Kaplún, para quem “aprender a aprender” ultrapassa em muito a arte de memorizar ou guardar noções. O aprendizado exige a investigação, a intercomunicação, a inter-atuação, de maneira que os atos de buscar, processar e interpretar uma informação superem a mera acumulação de dados (KAPLÚN, 1998, p. 220).

Todos esses aspectos só fazem confirmar a importância da pesquisa – a pesquisa como possibilidade de produzir conhecimento novo, ainda inexistente (mas pronto para ser substituído ao menor sinal de que está superado em forma ou conteúdo) e também como possibilidade de lapidar o que já foi dito, de acrescentar, de estabelecer novas relações com novos universos. A pesquisa é ato imprescindível à tarefa de ensinar. Nas palavras de Paulo Freire, quem ensina também busca, “reprocura”. Quem ensina o faz porque está buscando, porque indagou e porque se indaga. Quem pesquisa quer constatar algo, de forma a intervir em algum processo e, intervindo, espera educar o outro e se educar. Quem pesquisa o faz para conhecer o que ainda não é conhecido e, da mesma forma, para comunicar ou anunciar uma novidade (FREIRE, 2006, p.29). E, se é assim, está-se a falar aqui de um processo movido não só pela curiosidade, mas também pela arte de comunicar descobertas, de falar ao outro, de se fazer entender pelo outro. É desta forma que o ato de “pensar certo” – na concepção inaugurada por Freire – traduz o compartilhamento do que foi entendido, uma espécie de “co-participação”. (FREIRE, idem, p. 32). Desse ponto de vista, a tarefa daquele que ensina não é repassar, apresentar ou entregar ao outro aquilo que já está assimilado, mas desafiar e provocar esse outro, de maneira que ele possa não apenas compreender o que foi ensinado, mas também repensar e reconstruir esse novo saber.

Por outro lado, seria ingenuidade supor que os processos de reconstrução do saber relacionam-se apenas à capacidade do sujeito de instigar o outro e a curiosidade do outro, ou de unir essa capacidade ao que foi assimilado do ponto de vista teórico. Recriar, repensar e reconstruir conteúdos e objetos constituem um ato que requer também – e sobretudo – a experimentação. Estar no mundo, participar dele e vivenciar o que é oferecido são elementos caros àqueles que ensinam e àqueles que aprendem – porque agregar o “viver” aos livros, às palestras e seminários é sempre emancipador. Na concepção de Freire:

O descaso pelos sentimentos como deturpadores da pesquisa e de seus achados, o medo da intuição, a negação categórica da emoção e da paixão, a crença nos tecnicismos, tudo isso termina por nos levar a convencer-nos de que, quanto mais neutros formos em nossa ação, tanto mais objetivos e



eficazes seremos. Mais exatos, mais cientistas, nada ideólogos nem “jornalistas”, portanto. Não quero negar a possibilidade de um especialista estranho ao contexto onde se deu ou onde se está dando uma certa prática fazer parte de uma equipe avaliadora com acerto e eficácia. Sua eficácia porém vai depender da capacidade que tenha de abrir-se à “alma” da cultura onde se deu ou se está dando a experiência e não apenas da capacidade, também necessária, de apreender a racionalidade da experiência por meio de caminhos múltiplos. Abrir-se à “alma” da cultura é deixar-se “molhar”, “ensopar” das águas culturais e históricas dos indivíduos envolvidos na experiência. (FREIRE, 1991, p. 110).

O “deixar-se molhar” emerge, aqui, como condição primeira à transformação do ‘pensar ingênuo’ no ‘pensar crítico’. Na concepção de Freire, está aí o grande trunfo da capacidade de se refletir sobre a prática: a possibilidade de transformar a *curiosidade ingênua* (percebida como tal) em *curiosidade crítica*. Kaplún (1998), quando face-a-face com as singularidades da curiosidade ingênua, invoca Gramsci para lembrar que somente o sujeito capaz de exercer o senso crítico é também capaz de identificar e assimilar os reais problemas dos setores mais carentes de uma sociedade. Sob esse aspecto, há que se ater ainda à dimensão da extensão, na condição de mais um lastro capaz de permitir ao estudante o estabelecimento de laços de sociabilidade, aproximando-o ainda mais da realidade local. Por extrapolar os muros da Universidade, a atividade de extensão permite que essa formação, que se pretende voltada para as questões sócio-culturais, seja não apenas acadêmica no sentido restrito, mas humanizadora, com toda a complexidade que isso representa. “A cabeça pensa onde os pés pisam”, dirá Frei Betto (2007), em seu elogio à conscientização. Nesse sentido, a própria Universidade, por estar inserida em um contexto mais amplo que o meio acadêmico, tem como desafio esse diálogo.

Num mundo em que o jornalismo já foi definido como “a história escrita à queimadura” (MEDITSCH, 2002, p.6), a construção do pensamento crítico ganha em relevância – especialmente no Brasil, país ainda tão marcado pelas desigualdades. E é precisamente sob o prisma da desigualdade que cresce, em importância, a formação de profissionais capazes de construir um jornalismo revelador de realidades plurais, edificadas não só a partir das imagens que se formam na retina dos olhos ou dos sons que alcançam os ouvidos, mas do conhecimento teórico-prático que colore, molda e dá flexibilidade às formas de perceber o mundo.

A pesquisa na formação e na práxis profissional



Como associar ao processo de ensino a dimensão da pesquisa⁵ como uma atividade irrestrita e constante? Pergunta que permite respostas diversificadas, mas que nos possibilita, sobretudo, refletir sobre a configuração que a formação assume no cotidiano acadêmico. Se o docente se assume como pesquisador - como já dito anteriormente -, e não só como aquele que estabelece regras a serem confortavelmente seguidas pelos estudantes, confere à atividade de ensinar a expectativa da procura e da busca, enfim a dimensão da novidade abrindo fendas no desenvolvimento cognitivo e lúdico do estudante. Paulo Freire (1996) ao afirmar que “foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar” (p. 44) amplia a concepção deste processo ao incluir a noção de experiência como um elemento que fornece a amálgama necessária para a plena realização do exercício docente relacional.

O desvelar da realidade educacional aponta para a necessidade de se conhecer este sujeito-estudante contemporâneo cuja identidade não pertence mais ao plano da univocidade, mas apresenta-se como uma rede de conexões, cambiante e fluída, na acepção de Zygmunt Bauman (2005). Pensar quem é esse sujeito, sem querer determiná-lo de maneira ortodoxa, nos parece ser uma das questões centrais na atualidade. Pensar como essa crise de sentidos afeta os estudantes que chegam aos bancos universitários e como eles vivenciam a falta de estruturas permanentes na sociedade nos diferencia como seres questionadores e com certa responsabilidade sobre estes fazedores do real.

Norbert Elias (1994) argumenta, do ponto de vista histórico, que o fim do equilíbrio entre a identidade-nós e a identidade-eu, nos recoloca a questão da preponderância da identidade-eu na contemporaneidade:

Enquanto, em épocas anteriores, as pessoas pertenciam para sempre a determinados grupos, fosse a partir do nascimento, fosse desde certo momento de sua vida, de tal modo que sua identidade-eu estava permanentemente ligada a sua identidade-nós e era amiúde obscurecida por ela, o pêndulo, com o correr do tempo, oscilou para o extremo oposto” (p. 161).

Reconhecer o sujeito-estudante nesta perspectiva nos coloca a questão de como ele irá responder à busca do “outro” na atividade jornalística, dado que o jornalista trabalha em uma dimensão relacional. Trata-se de um ponto importante, na medida em que números, depoimentos, dados e estatísticas coletados não enunciam por si só o real: afinal é no plano da enunciação, possível a partir da relação entre os sujeitos e os discursos produzidos para cada situação, que isso ocorre.

⁵ Como o objetivo principal deste tópico é discutir a pesquisa no processo de formação e na experiência profissional, não será discutida a questão da extensão, considerada uma dimensão basilar neste processo, mas que já foi objeto de reflexão no item anterior.



A esfera jornalística comporta então a transparência e a visibilidade das ações dos profissionais que podem contribuir para assegurar a credibilidade do que está sendo construído no âmbito comunicacional. Se os estudantes apreendem estes procedimentos já no espaço dos cursos de jornalismo, conseguem ir além dos cânones consagrados da objetividade jornalística e romper com os manuais de produção. Ao indicar a pesquisa como um dos pés do tripé da formação, o docente estará também indicando uma maneira possível do futuro profissional se posicionar perante o mundo.

Ao perceber que a informação assume um discurso que pode ou não refletir a pluralidade a partir das fontes e dados que podem ou não ser acionados, este estudante terá condições de refletir sobre a qualidade daquilo que está sendo produzido. Se a informação, por exemplo, chega até o indivíduo sem nenhum esforço pode ser porque a fonte assim o deseja. Instigar o estudante, portanto, a refletir sobre as ferramentas que poderão ser articuladas para situações específicas significa instituir um rigor metodológico capaz de ativar a curiosidade do estudante de maneira constante, perene.

Para seguir este caminho faz-se premente pensar a partir de exemplos concretos como o que ocorreu nos EUA, a partir de 1997, em que jornalistas, incomodados com os rumos tomados pelo jornalismo no país, criaram o “Comitê dos Jornalistas Preocupados” e produziram, a partir de 21 discussões públicas, com cerca de três mil depoimentos de cidadãos, acrescidos dos testemunhos de 300 jornalistas, um documento concretizado no livro “Os elementos do jornalismo”. Neste livro, lançado no Brasil, em 2003, os autores apresentam alguns princípios que devem nortear a atividade jornalística, com destaque para o que eles denominam de “disciplina da verificação”⁶, que representaria os princípios essenciais de uma ciência da reportagem.

Ao qualificar a prática jornalística como científica, com métodos verificáveis de atuação, aproximamos assim do que se define como pesquisa científica, muitas vezes dissociada do fazer profissional. O desafio é conseguir associar métodos que se apóiam nos aparatos tecnológicos, que não podem e nem devem ser menosprezados, aos depoimentos colhidos de maneira curiosa no processo de apuração profissional.

Se o estudante tem contato com experiências de pesquisa, formais ou não, já no ambiente universitário, terá a capacidade de perceber que o uso destas ferramentas em seu cotidiano profissional irá alavancar uma maneira de agir que leve em consideração um

⁶ Os autores definem cinco conceitos básicos da disciplina da verificação: 1) Nunca acrescente nada que não exista; 2) Nunca engane o público; 3) Seja o mais transparente possível sobre seus métodos e motivos; 4) Confie só no seu próprio trabalho de reportagem e 5) Seja humilde.



“outro” que ainda é desconhecido, que deve ser compreendido e que não pode ser visto somente a partir das experiências individuais projetadas, sem o reconhecimento das diferenças e da necessidade de (re)conhecê-las. Irá ainda refletir que o exato é mais imponderável do que se possa pensar, dado que a combinação entre variáveis numéricas, *por exemplo*, pode fornecer as mais diferentes respostas, bem distantes de uma possível neutralidade apregoada pelos defensores da objetividade jornalística.

Arremate

Ao reforçarmos a importância de se aliar ao aprendizado dimensões práticas e reflexivas, procuramos revalidar critérios que sustentem a prática jornalística como algo que extrapola um saber técnico automatizado. Pensar o jornalismo e os seus agentes - tal como a formação destes - como dispositivo de sociabilidade, agentes dotados de relevantes a fazeres sociais, leva ao centro do debate sua face complexa, substantiva, instituidora da realidade que se experimenta por intermédio do constructo jornalístico. Ao tratarmos este “fazedor” como um artífice que não mira as coisas e os acontecimentos de fora, mas do/no lugar social do qual faz parte, desvelamos a complexidade de sua tarefa, que não se resume à produção por “moldes” ou “formas”, carecendo de entendimento crítico, do domínio das “ferramentas” de pensar, do cumprimento das expectativas profissionais avalizadas pela sociedade. Trata-se, pois, de uma tomada de consciência da realização jornalística entendida ao mesmo tempo com atividade intelectual e empiricista, engendradora de mundos, criadora de “verdades” assimiláveis, de espaços públicos de discussão, de consciências; amálgama da sociedade e de suas instituições.

Fica evidente que ao longo deste artigo procuramos expor nossa preocupação com os limites de um aprendizado que se pautar apenas pelo ensinamento das formas e ferramentas de fazer. Ao mesmo tempo, defendemos uma proposta conciliadora, que torna o resultado e o processo da feitura do jornalista algo que se coloca conscientemente numa esfera de realização científica. Isto porque acreditamos na possibilidade dos futuros profissionais adquirirem e utilizarem em sua rotina as ferramentas de pensar, movimento que julgamos capaz de tornar a atividade menos vacilante, mais certa e reflexiva, sustentada não por métodos quantitativos equivocados – tentativa e erro -, esquemas e manuais. Mas, sim, por ações qualitativas, conscientes, ponderadas, sob o domínio da *expertise* do profissional, da maquinaria da profissão, de uma metodologia específica e apropriada. Neste sentido, um método de trabalho nunca será simplesmente uma soma de técnicas a serem aplicadas aqui e



ali, mas, sim, um “percurso global do espírito que exige ser reinventado a cada trabalho” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992) pela capacidade, inclusive, intelectual de realização do agente. Este, cioso de sua tarefa, deve não se furtar aos conhecimentos das técnicas, nem tampouco ignorar os pensamentos, pesquisas e teorias produzidas a respeito de sua profissão. Pelo contrário, conhecer qual o “estado da arte” referente ao seu exercício profissional o municiará na ação, na tomada de decisões, na procura pelas “ferramentas” de fazer e de pensar mais adequadas à ocasião. É isso. “Quem não tem ferramentas de pensar, inventa” (BARROS, 2010). E inventar não é apenas um dom do espírito, mas fruto do conhecimento, da pesquisa, da intervenção, da ação perita.

Referências bibliográficas:

BARROS, Manoel. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ver, olhar, observar**. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; BRAGA, José Luiz. **A Sociedade enfrenta a sua mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FREI BETTO. **Elogio da conscientização**. ALAI, América Latina em Movimento, 9 fev. 2007. Disponível em: <http://alainet.org/active/15560&lang=es> . Acesso em 08 nov 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

HOLHDFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz, FRANÇA, Vera. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: UNESP, 2005.

KUCINSKI, Bernardo, LIMA, Venício. **Diálogos da Perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogia de la comunicación**. Proyecto Didáctico Quirón, n.101. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998. Disponível em:
<http://www.scribd.com/doc/6881539/Mario-Kaplun-Una-Pedagogia-de-la-comunicacion>. Acesso em 15 fev 2011.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MEDITSCH, Eduardo. **A filosofia de Paulo Freire e as práticas cognitivas do jornalismo**. Universidade Federal de Santa Catarina [on-line]. 2002. Disponível em
<<http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-paulofreire.htm>>. Acesso em 24 fev 2011.

MOTTA, Luiz. **Observatório de Mídia**. São Paulo: Paulus, 2008.

NERUDA, Pablo. **Livro das perguntas**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa, Gradiva, 1992.